

**Esclarecimento** 05/08/2022 14:30:32

A empresa Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 12.007.998/0001-35, situada em Olinda/PE, vem, tempestivamente, SOLICITAR ESCLARECIMENTO conforme termos elencados abaixo. ... Assim, em respeito aos princípios da legalidade, da Ampla Concorrência e da Isonomia, entendemos que a exigência que o Licitante precisa ser revendedor Autodesk não deve ser mantida; ou que seja aceita apresentação de declaração do distribuidor, autorizado no Brasil dos softwares desenvolvidos pela Autodesk, de que a licitante é uma revenda autorizada, sendo, suficiente para demonstrar que tem plenas condições de fornecer o objeto da licitação, podendo comprar, vender e/ou solicitar produtos da linha Open, entre eles o Autocad.

**Resposta** 05/08/2022 14:30:32

Apresentamos abaixo a justificativa da área técnica do Tribunal para a manutenção da exigência de comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante referente ao software Autocad: 'Quanto ao software Autodesk, somente os revendedores autorizados estão aptos a comercializar os planos de assinatura de 3 anos, de maior vantajosidade para o Tribunal, bem como a nos assegurar, caso seja necessário, um suporte especializado, visto que para atender à política da fabricante precisam contar com time técnico certificado nas especializações infraestrutura, edificação e governo da Autodesk. Cabe pontuar, também, que não se trata de uma aquisição de software "de prateleira" mas sim da subscrição de assinaturas que, a princípio, será renovada pelo Tribunal nos exercícios subsequentes. Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantir a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal, .."

**Esclarecimento** 19/08/2022 11:39:24

II – Entendemos que o item 9.1. “A Contratada, concluída a execução do serviço, deverá apresentar o Termo de Garantia de Fábrica.”, foi inserido de equivocadamente nos termos do edital e que não será necessário nenhum tipo de serviço ou apresentação de termo de garantia de fabricante. Esta correto nosso entendimento? III - Sobre o item 9.3 “ Na vigência da garantia, a Contratada obrigar-se-á a reparar, sem ônus para a Contratante (garantia on site), o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar doprimero dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação de inconformidade. ” Entendemos que não será necessário a garantia on site, visto que, conforme o item 4.1 é solicitado que os softwares sejam fornecidos por meio de download em link direto do próprio fabricante, além do fabricante prestar suporte através de ticket de chamados via web. Está correto o nosso entendimento?

**Resposta** 19/08/2022 11:39:24

Em relação ao questionamento II, trata-se de uma cláusula padrão. Neste caso específico, por se tratar de contratação de software como serviço, aceitaremos os Termos de Uso da Autodesk, disponíveis em <https://www.autodesk.com/company/terms-of-use/br/general-terms> . Quanto ao III, o entendimento está correto.

**Impugnação 19/08/2022 12:05:11**

Após esclarecimento postado dia 05/08/2022, recebemos o seguinte pedido: Em resposta ao questionamento a área técnica do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA respondeu: "Apresentamos abaixo a justificativa da área técnica do Tribunal para a manutenção da exigência de comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante referente ao software Autocad: 'Quanto ao software Autodesk, somente os revendedores autorizados estão aptos a comercializar os planos de assinatura de 3 anos, de maior vantajosidade para o Tribunal, bem como a nos assegurar, caso seja necessário, um suporte especializado, visto que para atender à política da fabricante precisam contar com time técnico certificado nas especializações infraestrutura, edificação e governo da Autodesk. Cabe pontuar, também, que não se trata de uma aquisição de software "de prateleira" mas sim da subscrição de assinaturas que, a princípio, será renovada pelo Tribunal nos exercícios subsequentes. Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantir a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal, ..'" Tal resposta não condiz com a realidade visto que a necessidade de ser revenda autorizada Autodesk é de acordo com o produto, e não referente ao período de licenciamento. Os produtos: AutoCAD Including Specialized Toolsets, AutoCAD LT (SOFTWARE SOLICITADO NESTE CERTAME), Revit LT, Revit LT Suite, São produtos da linha "Open" da Autodesk, e podem ser comercializados por qualquer empresa, mesmo que não seja parceiro oficial Autodesk. Mais detalhes na comunicação oficial da fabricante: <https://blogs.autodesk.com/por-dentro-da-autodesk-brasil/2017/03/16/ingram-micro-anuncia-parceria-com-a-autodesk/> "A Ingram Micro Brasil, subsidiária da maior distribuidora mundial de soluções e serviços de tecnologia, anuncia parceria com a Autodesk, empresa líder em softwares de design 3D e 2D. Pelo acordo, a Ingram Micro passa a distribuir a linha OPEN, composta pelo AutoCAD LT, software que ajuda compartilhar e documentar desenhos 2D; AutoCAD 360 Pro, aplicativo para criação de desenhos; MudBox, software avançado de modelagem 3D com pincel de alta resolução e SketchBook, aplicativo de pintura e desenho intuitivo e pelo Fusion 360, software para modelar objetos tridimensionais." Os produtos: AEC collection, Revit, Civil 3D, Navisworks, entre outros produtos Autodesk, que não os citados acima, são os produtos que exigem a especialização e certificação de revenda autorizada. Diante do exposto, entendemos que a necessidade de comprovação não encontra respaldo legal conforme vasta jurisprudência do TCU: "Sobre a inclusão da referida exigência nos editais das licitações realizadas pela Administração Pública, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem indicando reiteradamente que tal previsão deve se dar de forma excepcional, qual seja, apenas quando for necessária à execução do objeto contratual (Acórdão 3018/2020 – Plenário)" Conforme divulgação da própria fabricante a exigência de ser parceiro autorizado não atende ao requisito de excepcionalidade do acórdão do TCU, pelo fato do objeto ser o Autocad LT. Caso, mantidas as condições atuais haverá um grave prejuízo a concorrência. Entendemos que a exigência da ser revenda autorizada, será excluída do presente certame. Está correto nosso entendimento ?

**Resposta** 19/08/2022 12:05:11

...4. Nesse contexto, cumpre rememorar que, na anterior versão do TR (doc. nº 1987470, fls. 19/26), as mesmas disposições (6.1, "a" e "b") foram tratados como requisitos de habilitação, e, por força de recomendação vista no Parecer nº 457/2022 (doc. nº 1988215), de lavra desta Assessoria, a comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante foi inserida, no TR e minuta de edital, como requisito de aceitação da proposta. Isto porque não remanesce qualquer dúvida quanto ao fato de que, para o quesito habilitação, em sentido restrito, não se pode exigir outros documentos senão aqueles elencados na lei. 4.1. Na ocasião, repisamos, inclusive, pontuações feitas no Parecer nº 451/2022 (doc. nº 1985568), cabendo, pela clareza das ideias, nova transcrição dos seguintes trechos: "10.3.1. Nesse contexto, convém registrar que o TCU recomenda que seja evitada a exigência indevida de credenciamento da contratada junto ao fabricante da solução como requisito de habilitação, o que potencialmente contribui para reduzir o caráter competitivo do certame, à medida que afasta empresas não parceiras do fabricante, além de ter se mostrado desnecessária para a execução dos serviços contratados. Assim, a medida somente tem sido autorizada em casos excepcionais, quando necessária à execução do objeto contratual, situação que deverá ser adequadamente justificada de forma expressa e pública. Ademais, há casos em que o próprio fabricante não obriga que seus parceiros sejam contratados para a prestação de serviços de implantação, sustentação e melhorias de suas soluções. 10.3.2. Saliente-se que a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), em seu art. 41, autoriza de forma expressa, porém excepcionalmente, a exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, para as contratações de fornecimento de bens. 10.3.3. Assim, na esteira do entendimento firmado pela Corte de Contas, cabe à SEINFRA avaliar a pertinência e, se for o caso, justificar de forma fundamentada a adoção da medida, e para quais itens, promovendo as devidas adequações no TR. 10.3.4. Em se concluindo pela manutenção, a comprovação de ser revenda autorizada do fabricante deverá ser prevista como requisito de aceitação da proposta." 4.2. E mais, ainda no doc. nº 1988215, indicamos à unidade demandante como melhor avaliar a manutenção, ou não, da restrição em tela. Vejamos: "3.1. Sugerimos que a unidade considere em sua avaliação as implicações decorrentes de se abrir mão da exigência: Os fabricantes envolvidos obrigam que seus parceiros sejam contratados para a prestação de serviços de implantação, sustentação e melhorias de suas soluções? Quais os prejuízos para o Tribunal caso o fornecedor não seja revenda autorizada?" 4.3. Assim feito, a área afirmou (doc. nº 1994294): "Avaliamos a pertinência e mantivemos a exigência de comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante, por tratar-se de exigência do fabricante, já explicitada no Termo de Referência no item 6.1., alínea "a", disponível no endereço <https://express.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/> onde se observa também a vedação de participação de ME's, de onde extraímos: "A Especialização em Governo é válida apenas para a Revenda cujo CNPJ consta da Especialização em Governo. Ou seja, MEs ou quaisquer outras empresas controladas pelas Revendas Adobe Especializadas em Governo não são elegíveis a venderem para o Governo através de suas MEs ou qualquer outra empresa." "A partir de 5 de julho, (2017) a Especialização em Governo torna-se pré-requisito para que uma revenda autorizada possa fornecer ao Governo nossos produtos em quaisquer programas de licenciamento. Qualquer negociação com esferas de governo que não seja feita por uma Revenda Autorizada Adobe e certificada na Especialização em Governo passa a ser irregular e passível de penalização." "Os critérios para a definição de clientes sujeito a Especialização em Governo estão definidos no Reseller Agreement e no Program Guide. Esclarecemos que clientes cuja compra de nossos produtos seja regida pela Lei 8.666 e pela legislação regendo compras públicas sempre estarão sujeitos à Especialização em Governo." "Todas as Revendas podem continuar a honrar contratos governamentais já existentes durante toda a sua duração, entretanto nenhum novo contrato governamental pode ser iniciado por Revendas que não tenham a Especialização em Governo após dia 05 de julho de 2017, sem exceções." "As Revendas que não tiverem a Especialização em Governo não participarão, de forma alguma, de qualquer tipo de licitação ou concorrência pública (tais como Pregões, Tomadas de Preço e Licitações em geral)." "O Distribuidor não tem autorização para passar preços para revendas não certificadas." Quanto ao software Autodesk, somente os revendedores autorizados estão aptos a comercializar os planos de assinatura de 3 anos, de maior vantajosidade para o Tribunal, bem como a nos assegurar, caso seja necessário, um suporte especializado, visto que para atender à política da fabricante precisam contar com time técnico certificado nas especializações infraestrutura, edificação e governo da Autodesk. Cabe pontuar, também, que não se trata de uma aquisição de software "de prateleira" mas sim da subscrição de assinaturas que, a princípio, será renovada pelo Tribunal nos exercícios subsequentes. Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantir a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal, a exemplo do que ocorreu com a contratação da plataforma ZOOM de forma independente, levando à perda de todas as configurações, contas e arquivos do Tribunal quando foi feita a contratação seguinte, desta vez via revenda autorizada. Concluímos, ainda, que estas exigências não caracterizam impedimento à ampla concorrência, uma vez que nos documentos 1981594 e 1981600 já figuram diversas empresas que atendem aos requisitos exigidos." 4.4. À vista dos esclarecimentos transcritos acima, esta Assessoria aquiesceu com a manutenção das exigências em pauta, afirmando, à época: "4. Com efeito, e em linha com a recomendação constante do item 4 do Parecer nº 457/2022 (doc. 1988215), uma vez confirmada pela unidade técnica a informação de que somente os revendedores autorizados dos desenvolvedores dos softwares Adobe e Autodesk estão aptos a comercializarem tais produtos, e inexistindo na listagem de ME/EPP anexada pela SEAQUI, extraída do SICAF (doc. 1981590), empresas parceiras desses fabricantes, impõe-se o afastamento da exclusividade de participação de ME/EPP no presente certame, sob pena de a restrição inviabilizar o próprio procedimento" (grifo atual). 5. Pois bem. Diante do cenário descrito acima, não vemos como prosperar as alegações das empresas PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI e CYBER WAN TECNOLOGIA LTDA, que visam excluir, do ato convocatório, as condições 10.11 e 10.12. 5.1. Conquanto, ao final, a unidade demandante (SEMIN) tenha apresentado resposta concisa (doc. nº 2049502, fls. 1), as argumentações em torno do tema, vistas ao longo do processo, inclusive para atendimento à diligência sugerida por esta unidade de assessoramento, nos convenceram da pertinência de se manter no TR, o tópico 6.1, alíneas "a" e "b", e, consequentemente, as condições 10.11 e 10.12 do ato convocatório, ressaltando, mais uma vez, que não se trata de exigência de habilitação, e sim de aceitação da proposta, a fim de atender aos ditames legais e às orientações da Corte de Contas. 5.2. Julgamos assistir razão à SEMIN quando, in casu, supõe que a "exigência de revenda autorizada mitigará o risco de inexecução da contratação". Ademais, foi registrado nos autos que há um universo considerável de empresas aptas a participar do certame, nesta condição, o que, ao menos em tese, afasta a ausência de competitividade. 6. Ante o exposto, opinamos pelo não acolhimento das Impugnações apresentadas pelas empresas PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI e CYBER WAN TECNOLOGIA LTDA, devendo ser mantido, em todos os seus termos, o edital do Pregão nº 44/2022, inclusive quanto à indicação do software AUTOCAD, questionada mediante doc. nº 2024547, cuja sustentação foi feita, de modo convincente, pela unidade demandante (doc. nº 2029924).

Fechar